

Manobras 'driblam' o orçamento

Grande parte do aumento de liquidez nos anos eleitorais tem sido feita por manobras de estados e municípios que tentam driblar os seus orçamentos, gastando o que não dispõem. Isto é feito, basicamente, utilizando-se dos bancos estaduais, que fornecem recursos indiscriminadamente para os seus controladores, os governos dos seus estados. Como estas operações de empréstimos estão enquadradas nos crimes de colarinho branco, as operações começam a ser armadas com triangulação, ou valendo-se de empresas privadas do estado, que depois repassam os recursos para os governos estaduais, mediante contratos de prestação de serviços entre pessoas jurídicas privadas e estaduais, ou em acordos inter-governamentais: o Banespa, por exemplo, financia projetos de Minas Gerais, e o Bemge financia projetos, no mesmo valor, de São Paulo.

Os governos estaduais e as prefeituras podem também utilizar-se dos mecanismos de antecipação de receita (ARO) que antes estavam proibidos mas que voltaram a ser permitidos na última reunião, do dia 28, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Só de janeiro a julho último, estas operações somaram Cr\$ 12,6 trilhões.

Apenas no primeiro trimestre de 1991, ano eleitoral, as insuficiências de reservas dos bancos estaduais junto ao Banco Central, mais os empréstimos de liquidez daquelas instituições foram equivalentes a 111% da expansão da base monetária do mesmo período.

A insuficiência de reservas mais os empréstimos de liquidez somaram Cr\$ 489 bilhões a preços

de junho de 1991, contra um fluxo de Cr\$ 440 bilhões da base monetária do período. Ou seja, a expansão da base no período foi amplamente explicada pela movimentação de recursos dos bancos estaduais. Este movimento expansivo prevaleceu durante todo o ano de 1991.

A movimentação política, na realidade, já vinha impulsionando a base na medida em que o ano de 1990 caminhava para o final, tanto que no terceiro trimestre daquele ano, as reservas negativas dos bancos estaduais mais empréstimos de liquidez já eram equivalentes a 90% de todo o fluxo da base monetária.

Boicote — Os gastos extra-orçamentários, de reservas negativas e operações de antecipação de receitas foram mais intensos, principalmente, nos estados onde as pesquisas revelavam que os governadores de então tinham poucas chances de elegerem seus sucessores, como foi o caso de Moreira Franco, no Rio de Janeiro, que perdeu as eleições para Leonel Brizola.

Ou seja, o governador que sente que vai ser derrotado nas eleições, procura deixar os cofres vazios e o estado mais endividado para boicotar o seu sucessor. Este comportamento é lamentável, mas tem sido a praxe entre os políticos brasileiros.

Mesmo quando diante de um forte aparato legal restritivo, acaba-se sempre dando um jeitinho de se gastar mais e de se driblar os mecanismos de controle. Pelo que se prevê na Seplan, o ano de 1994 não será diferente disto. (Helival Rios).